



Recebido em 03/02/2021

Aceito em 23/03/2021

DOI: 10.26512/emtempos.v1i38.36345

## ARTIGO

# Interações sociais dos participantes da revolta de Vila Rica com agentes econômicos atuantes no espaço econômico do ouro

Social interacting of participants of the riot of Vila Rica with merchants working at gold economic area

***Carlos Leonardo Kelmer Mathias***

Doutor em História pela UFRJ

Professor na UFRRJ

[orcid.org/0000-0001-7913-7410](https://orcid.org/0000-0001-7913-7410)

[clkmathias@gmail.com](mailto:clkmathias@gmail.com)

**RESUMO:** O artigo estuda as interações sociais estabelecidas por participantes da revolta de Vila Rica de 1720 com agentes mercantis atuantes no espaço econômico do ouro. Para tanto, analisa procurações emitidas pelos participantes da revolta para procuradores sediados nas capitânicas do Rio de Janeiro, da Bahia, de Pernambuco e de São Paulo. Mais de perto, identifica os procuradores imersos em atividades de mercancia, principalmente em âmbito ultramarino. A documentação coligida compreende todas as procurações registradas nos livros de nota do primeiro e do segundo ofícios depositados no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana entre os anos de 1711 e 1756. Em termos teórico-metodológicos, o artigo se vale das noções de espaço econômico do ouro e de análise de rede social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Análise de rede social. Espaço econômico do ouro. Procuração bastante.

**ABSTRACT:** The present article studies the social interacting between participants the riot of Vila Rica occurred in the half of the 1720 with merchants working at gold economic area. To this end, it will analyze the powers of attorney that were emitted by the integrands of the riot to procurators based in captainships of Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco and São Paulo. Further, the text identifies the procurators that were involved in mercantile activities in ultramarine commerce scale. Thus, the article investigates all the powers of attorney registered in the notarial books of the first and the second registry office of the Archive of the Casa Setecentista in the city of Mariana between the years of 1711 until 1756. In theoretical-methodologies terns, the text makes use of the ideas of gold economic area and the social network analyze.

**KEYWORDS:** Social network analise. Gold economic area. Powers of attorney.

## Introdução

Em meados de 1720, a capitania de Minas de Ouro foi palco de um dos mais destacados acontecimentos sublevacionistas do século XVIII na América portuguesa, a saber: a revolta de Vila Rica. Não se constitui intento do presente artigo passar em revista quer os eventos próprios à revolta, quer a vasta historiografia atinente ao tema.<sup>1</sup> Aqui, o escopo repousa na compreensão da revolta à luz da noção de espaço econômico do ouro. Dito de outra forma, trata-se de envidar esforços no sentido de inserir a revolta nos circuitos mercantis ultramarinos engendrados, e/ou maximizados, no bojo das descobertas auríferas de finais do século XVII. Para que bem se entenda, não é meu interesse correlacionar a revolta com o contexto político de então, muito menos tratá-la na esteira das invasões francesas à capitania do Rio de Janeiro no alvorecer do setecentos. A bem dizer, o foco repousa no estudo das ligações firmadas entre os participantes da revolta com procuradores residentes nas capitanias de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco – doravante referida por Nordeste – com especial destaque para os procuradores atuantes nos circuitos mercantis próprios ao espaço econômico do ouro.<sup>2</sup>

Dessa forma, o artigo escrutinou as 4.988 escrituras de procuração bastante, registradas no tabelionato de notas do primeiro e do segundo ofícios do termo de Vila do Carmo (atual cidade de Mariana) e depositadas no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana com vistas à identificação de possíveis procurações emitidas, ou recebidas, pelos participantes da revolta. A documentação compilada foi sistematizada ao abrigo da noção de análise de rede social.

Com vistas ao oferecimento de melhores bases para compreensão da proposta elencada, cabe sumarizar a noção de espaço econômico do ouro. Em linhas gerais, o espaço econômico do ouro consiste na expressão geográfica dos vários circuitos mercantis fomentados, e/ou criados, no albor das descobertas auríferas na região da capitania de Minas Gerais. Assim sendo, engloba toda e qualquer localidade envolvida, direta ou indiretamente, com atividades atinentes à extração do ouro, ou seja, o rol de pertencimento a esse espaço compreende desde o comércio de secos e molhados originário do Rio de Janeiro, de São Paulo etc., até as redes londrinas de financiamento do trato negreiro, por exemplo. Em que pese o fato de que semelhante noção não encerra, em absoluto, nenhum tipo de hierarquização entre essas localidades, o mesmo não pode ser dito acerca da natureza dos circuitos mercantis que compõem o espaço econômico do ouro. Creio estar escusado de sublinhar que o circuito do tráfico de escravos era, sob todo ponto de vista de análise, muito mais expressivo do que o circuito de abastecimento de gado *vacum* proveniente da capitania do Rio Grande de São Pedro, por exemplo. De toda sorte, a noção de espaço econômico do ouro advoga em prol da complementariedade entre as regiões que o formam, promovendo uma interação orgânica entre suas partes (KELMER MATHIAS, 2012, *passim*). Subjaz ao anterior o entendimento segundo o qual para o bom funcionamento de um circuito mercantil se impõe a atuação de indivíduos,

<sup>1</sup> Conferir, por exemplo, ANASTASIA, 1998; CAMPOS, 2002; ROMEIRO, 2008.

<sup>2</sup> Agradeço ao professor Antônio Carlos Jucá de Sampaio por ter empreendido a identificação dos agentes mercantis operantes na capitania do Rio de Janeiro. A identificação dos agentes mercantis atuantes nas capitanias de Bahia e Pernambuco foi realizada no site <https://www.slavevoyages.org>. Para a capitania de São Paulo, a identificação fora realizada a partir da leitura em bibliografia especializada.

donde a importância da identificação dos agentes mercantis responsáveis pela circulação de bens, de mercadorias, de serviços e de mão de obra atinentes a cada um desses circuitos mercantis. Natural, pois, que o artigo se valha da noção de análise de rede social.

Segundo Félix Santos, o conceito de rede social é um dos mais poderosos para a análise da realidade social, viabilizando a compreensão dos processos sociais a partir de um ponto de vista focado sobremaneira nos indivíduos em detrimento de suas características em si. Ou seja, tratar-se-ia de uma abordagem não tão endereçada aos atributos dos sujeitos, mas sim às relações sociais por eles firmadas. Ademais, tal procedimento faculta a conjugação dos níveis teóricos micro e macro – elementos constitutivos de uma mesma realidade –, ofertando “uma visão bastante completa da realidade social, precisamente por que pode focar simultaneamente tanto no nível micro do ator, como no nível macro do conjunto da estrutura” (SANTOS, 2008, p. 1-4). Posto dessa forma, na medida em que me oriento pelo emprego da ferramenta como facilitadora da conjugação dos níveis macro e micro e do relevo ofertado ao objeto indivíduo, não posso prescindir de ter em conta as características pessoais dos sujeitos pesquisados. E assim o é porquanto repousa exatamente nessas características os fatores distintivos norteadores da natureza das ligações identificadas a partir do estudo das escrituras de procuração bastante. Mais de perto, um dos pontos sobre os quais o argumento do presente artigo encontra sustentação, diz respeito à eleição de agentes mercantis para atuarem com procuradores daqueles envolvidos na revolta de 1720. Logo, não haveria convalidação da proposta aqui enunciada se, conforme aponta Santos, o artigo renegar tais características.

Nessa esteira, o estudo da dinâmica das redes sociais não pode se furtar à análise das relações constituintes das mesmas, aos contextos de suas origens, às diferenças sociais passíveis de serem aferidas entre os atores que compõem as redes e, por fim, às trajetórias biográficas dos mesmos (BIDART; CACCIUTTOLO, 2009, p. 179). Tal premissa se coaduna perfeitamente com a noção de espaço econômico do ouro. É cediço que nas primeiras décadas a contar das descobertas auríferas na região de Minas Gerais teve vez um sem número de movimentos sublevacionistas de variadas natureza e envergadura. As externalidades próprias ao fascínio despertado pela possível riqueza depositada nos veios auríferos responderam não apenas pelo afluxo de bens, de mercadorias, de serviços e de pessoas para as Minas, como também pela urgência em imprimir um mínimo de ordenação social à essa dinâmica até então inédita na América portuguesa. Natural, pois, que se buscasse reproduzir padrões hierárquicos similares a outras regiões dos domínios lusos, com que então teve vez à adequação, na capitania de Minas, de todo um sistema orientado pela noção de conquista própria à lógica de funcionamento das sociedades de Antigo Regime (KELMER MATHIAS, 2005, passim)<sup>3</sup>.

Dentre os desdobramentos resultantes desse cenário, alguns sujeitos passaram a compor a chamada elite pluriocupacional da capitania aurífera. Laconicamente expresso, essa elite foi composta por aqueles capazes de ocupar os vazios de poder característicos da monarquia corporativista portuguesa. Para que bem se entenda, essas

<sup>3</sup> Para um aprofundamento da discussão conferir BICALHO, 2003; BICALHO, FRAGOSO, GOUVEA, 2001; FRAGOSO, 2003; FRAGOSO, 2000; FRAGOSO, SAMPAIO, ALMEIDA, 2007.

peças atuavam, concomitantemente, em várias esferas da sociedade, tais como: crédito, mercado, comércio, cargos administrativos de diferentes naturezas, ordens militares, instituições religiosas e assistencialistas etc. Estavam aptos a receber mercês em função dos valiosos serviços prestados a El-Rei, eram detentores de escravos armados à suas custas de modo a lhes assegurar o exercício do mando em suas localidades e, sobretudo, firmavam redes de reciprocidade (KELMER MATHIAS, 2012, p. 36-48)<sup>4</sup>. Subsumida à hierarquização relativa ao processo de conquista, outra classificação social restou por se impor, a saber: a mercantil. Mercadores, homens de negócio, agentes mercantis, traficantes de escravos, etc. A esses indivíduos coube a intermediação entre as demandas atreladas à ocupação, em sentido *latu*, da capitania de Minas do Ouro e aquelas localidades capazes de as suprir.<sup>5</sup>

Para Bidart e Cacciuttolo, uma das precípuas variantes a se ter em conta quando do estudo das redes sociais repousa na compreensão da “força de atração” entre dois atores. Dito de outro modo, a razão pela qual a ligação fora firmada. A jornada para se acessar a força de atração passa pelo contexto de inserção dos indivíduos, suas qualidades pessoais, suas intenções, seus vínculos prévios e suas trajetórias – não havendo hierarquização entre esses campos. Importa deitar luz no fato de que a natureza dessa força pode restar circunscrita no contexto usual das pessoas – seu cotidiano –, ou se desligar do mesmo (BIDART; CACCIUTTOLO, 2009, p. 181). Porém, e consoante Carlos Lozares – quem se avizinha da perspectiva de Santos –, haveria, de fato, algo a ser hierarquizado no que tange à análise de rede social. Nas suas palavras: “a ideia central da análise de rede sociais reside no suposto de que o que a pessoa sente, pensa e faz tem sua origem, e se manifesta, nas pautas das relações situacionais que se dão entre atores”, minimizando o impacto dos atributos ou das características dos indivíduos no processo de tomada de decisão (LOZARES, 1996, p. 110).

Por meu turno, e conforme já avançado, não me é dada a prerrogativa de ignorar, ou apequenar, os traços individuais sob risco de comprometer a proposta do presente artigo. Não quer isto dizer que estou a defender princípios hierarquizantes no que concerne aos fatores constituintes das forças de atração. Antes, comungo das premissas apontadas por Bidart e Cacciuttolo. Afirmo, pois, que a conjugação perpetrada pelo contexto imanente ao espaço econômico do ouro e as características sociais daqueles que dele tomaram parte é a principal fonte explicativa da força de atração observada nas redes sociais doravante apresentadas. Em detalhe, hoje é ponto pacífico na historiografia a notória correlação entre as externalidades das descobertas auríferas e os movimentos sublevacionistas coevos – contexto próprio do espaço econômico do ouro. Por oportuno, o próprio processo de ocupação dessa região delineou tanto as condições para o surgimento da elite pluriocupacional – da qual vários indivíduos atuantes em 1720 faziam parte –, como para a atuação de agentes mercantis com viés quer ultramarino, quer local. Entendo não incorrer em absurdos ao apregoar termos na ligação entre essa elite e os agentes mercantis um dos fatores – ou seja, não era o único fator – basilares de sustentação do primeiro grupo. Natural, pois, que vários dos

<sup>4</sup> Acerca da noção de reciprocidade, conferir GODELIER, 2001. Para a aplicação em sociedades de Antigo Regime, conferir CUNHA, 2000; XAVIER, HESPANHA, 2001; OLIVAL, 2001.

<sup>5</sup> Para uma discussão acerca das definições respeitantes aos indivíduos envolvidos na mercancia, conferir FLORY, 1978; RAU, 1984; JEANNIN, 1986; SUÁREZ, 2001; SAMPAIO, 2003.

membros da elite pluriocupacional estivessem adstritos a alguns dos mais destacados agentes mercantis atuantes nas praças da América portuguesa (senão por nada, no mínimo em função da necessidade sempre urgente por braços escravos – elemento precípua para o exercício do mando nas terras do ouro). Tendo o presente até aqui exposto, passo ao estudo das redes em si.<sup>6</sup>

## Redes de procuradores

A concordar com Félix Santos, a teoria das redes sociais comporta uma dupla relação, qual seja: de um lado, a estrutura social atua como força de afetação sobre os indivíduos, concorrendo no sentido de influenciar, ou até mesmo direcionar, suas ações; por outro, essas ações acabam por exercer pressão contrária sobre a estrutura social, ensejando modificações na mesma (SANTOS, 2003, p. 11).<sup>7</sup> Entendo que o contexto do qual trata o corrente artigo concatena-se perfeitamente com semelhante juízo, sendo que as razões para essa dialética interveniente deitam raízes nas proposições basilares da análise de rede social. Passo a elas guiado por Santos, por Lozares e por Cook.

Iniciando por Santos, três são as noções básicas das redes sociais: a) um indivíduo possui relação social com outros indivíduos que, por sua vez, possuem relações com outros e assim sucessivamente, formando não uma linearidade sequencial mas, antes, um emaranhado orgânico complexo de ligações entre si; b) “a vinculação das relações através das interações de um ator determinam as que ocorrem nos demais atores. Isto é, o indivíduo está enlaçado em uma rede de relações sociais cuja estrutura influí na sua conduta”; c) é possível que um ator reúna habilidade o suficiente para direcionar sua rede social no sentido de viabilizar seus anseios pessoais (SANTOS, 2003, p. 6-7). Os pontos “b” e “c” refletem, com meridiana clareza, a interação havida entre o impacto da rede no comportamento do indivíduo (“b”) e a possibilidade de ele direcionar sua rede (“c”). O caráter cipoal desse relacionamento é expresso no ponto “a”. Em realidade, o

---

<sup>6</sup> Em tempo, e para fins de melhor compreensão do presente artigo, impõem-se algumas elucidações mais amplas. Primeiro, não é escopo do texto empreender uma discussão verticalizada acerca de aspectos como a trajetória de vida dos atores sociais ora citados, a natureza das relações hierárquicas próprias às sociedades de Antigo Regime, a lógica das redes de reciprocidade sob prisma da noção de redes clientelares, as várias conotações de termos relativos aos agentes mercantis (ex.: homens de negócios, mercadores etc.), aprofundar o estudo da sociedade mineira setecentista e etc. Para tanto, optei por fornecer referências bibliográficas específicas para cada um desses temas à medida em que a necessidade se apresentou, com que então acredito que o/a leitor(a) poderá, a seu critério, debruçar-se nesses temas caso tenha interesse. Ademais, por se tratar de uma pesquisa em andamento, as conclusões aqui apresentadas possuem, naturalmente, um cariz lacônico, podendo ser revistas em meus estudos futuros. Por fim, o corrente artigo foca, talvez pecando por excesso, nas questões metodológicas originárias da Análise de Rede Social. Assim procedo na medida em que entendo haver um hiato (ainda a ser preenchido) entre os estudos históricos e a metodologia sociológica de rede social. Nesses termos, creio que o texto poderá contribuir muito mais com a historiografia ao emprestar maior destaque para semelhante metodologia do que envidando esforços para reproduzir, nesse espaço editorial, temas já debatidos alhures. Nessa esteira, reforço a importância das referências bibliográficas que para esse fim serão arroladas no decurso do artigo.

<sup>7</sup> A título de esclarecimento, informo que há outras correntes interpretativas atinentes ao tema. Segundo Peter Blau, as estruturas sociais seriam definidas a partir de parâmetros como raça, idade, educação, situação econômica etc. que, ao final e ao cabo, caracterizariam os indivíduos, diferenciando suas relações funcionais e suas posições sociais restando, em última instância, por condicionar seus comportamentos (BLAU, 2003, p. 275-276). Esclareço que não me identifico com as proposições de Blau na medida em que não me parece razoável ignorar os impactos que os atores sociais exercem nessas mesmas estruturas sociais, impactos esses capazes de imprimir alterações significativas na lógica de funcionamento social.



cariz específico das nascentes décadas da capitania de Minas do Ouro cevou o imperativo de se estabelecer redes de reciprocidade enquanto instrumental imprescindível no sentido de obter, manter e maximizar o poder de mando por parte da elite pluriocupacional.

Por intermédio dessas intrincadas e extensas redes – muitas delas ultramarinas -, esses sujeitos tinham suas condutas sociais influenciadas e, dialeticamente, influenciavam tais laços. Com que então as estratégias de vinculação social não poderiam prescindir de serem erigidas a partir de fina análise de fatores como: posição social, localização geográfica, poder econômico e político, redes preexistentes etc. Debruçando com um pouco mais de acuidade na questão, depreende-se que toda essa dinâmica organizacional compunha a própria substância do espaço econômico do ouro, ou seja, compunha seu contexto. Na medida em que tal contexto foi a derivada do próprio processo ocupacional da região, e que tal processo resultou do engenho dos atores sociais, creio restar por esclarecido o porquê de eu me pôr em diapásão com a proposição que inaugura o corrente item.

Elencando, a seu ver, os princípios primordiais da teoria de redes, Lozares arrolou: a) tanto os atores sociais, como suas ações não são unidades autônomas, mas interdependentes; b) as ligações entre os indivíduos implicam em transferências de recursos quer materiais, quer imateriais uns com os outros; c) os arquétipos relacionais podem proporcionar oportunidades e/ou exercer coações sobre os integrantes das redes; d) “os modelos de rede identificam a estrutura social, econômica, política etc. como pauta constante de relações entre atores” (LOZARES, 1996, p. 110-111). Nada de extraordinário no que toca ao ponto “a” pois, afinal, o foco repousa no estudo de redes sociais, logo, seria sobremaneira insólito que, em uma rede, os atores sociais e suas ações não avocassem interdependência – ainda em um cenário de ocupação territorial, implementação de uma estrutura administrativa, delimitação social de prerrogativas de mando como o foi no contexto do espaço econômico do ouro no seu prelúdio. Adentrando ao ponto “c”, vige que a natureza das redes é dinâmica, recompensando as melhores estratégias e punindo as piores entronizando, dessa forma, a substância dialética entre rede e ator. Passando para o ponto “d”, descortina-se a viabilidade de acesso à estrutura macro de dada sociedade por intermédio dos modelos de rede. Esse é um dos fatores pelos quais pesquisei os dados constituintes das redes em estudo a partir das escrituras de procuração bastante. O que me direciona ao ponto “b”.

Na exata medida em que os modelos de rede identificam várias facetas da estrutura da sociedade, assumi que as procurações bastante – conscritas à identificação positiva do maior número possível de ocupação dos atores – fomentariam a reconstrução de ao menos alguns fatores componentes da força de atração presente na época. Para que bem se entenda, o fato de um membro da elite pluriocupacional da capitania de Minas nomear um traficante de escravos por seu procurador desnuda aspectos como, por exemplo, uma vinculação, ainda que indireta, entre esse indivíduo e o comércio atlântico de escravos ou, inversamente, a ascendência desse mesmo circuito nas estratégias de mando local. Esmerilhando um pouco mais, ter-se-ia a correlação entre as disputas de poder presentes nas tribos africanas e aquelas observadas nas terras do ouro na medida em que as primeiras alimentavam o circuito dos viventes com espólios

de suas guerras, espólios esses, por via de regra, empregados pelos atores em Minas com vistas a tomarem parte na própria elite pluriocupacional (não me parece extemporâneo sublinhar o fato de que vários dos membros dessa elite atuaram precisamente em uma das maiores e mais importantes contentas pelo mando na capitania do ouro, a revolta de Vila Rica).

O anteposto deixa claro a pertinência do ponto “b”. Se a ligação entre atores em uma rede social provoca a transferência de recursos materiais ou imateriais uns com os outros, o singelo ato de nomear um procurador adquire portento relevo, pois realça a importância da qualificação social dos indivíduos componentes da rede. No que endereça ao corrente artigo, as redes aqui então construídas foram assentadas, conforme já informado, nas escrituras de procuração bastante, ou seja, em que pese a possibilidade de intercâmbios materiais, gostaria de concentrar a análise na questão imaterial.

Em 22 de outubro de 1730, o mestre-de-campo e membro da elite pluriocupacional da capitania de Minas Gerais, Francisco Ferreira de Sá registrou uma escritura de procuração bastante no termo de Vila do Carmo através da qual nomeou, dentre outros nomes e para outras localidades: na cidade do Rio de Janeiro, o homem de negócio José de Sousa Guimarães e o senhor de engenho e membro da nobreza da terr<sup>a</sup> daquela localidade Tomé de Souto Gonzaga; na cidade de São Paulo, o mercador e capitão-mor Manoel de Mendes de Almeida que, por oportuno, também era membro da elite pluriocupacional da capitania de Minas Gerais; na cidade da Bahia, o traficante de escravos Luís Tenório de Molina – quem, outrossim, era sargento-mor e, quando esteve na capitania do Ouro, fora membro de sua elite pluriocupacional –, além do célebre doutor Francisco Correia Ximenes, quem fora nomeado procurador em 170 ocasiões por residentes em Minas Gerais; na Vila do Carmo, o guarda-mor Maximiano de Oliveira Leite, uma das figuras mais poderosas da época e, por óbvio, membro da elite pluriocupacional da região (ACSM, LN. 34, EPB, 22/10/1730). Não deixa de ser apropriado realçar que Francisco Ferreira, Luís Tenório e Manoel Mendes atuaram, todos, ao lado do partido régio na contenção da revolta de 1720, sendo que os três constam na lista que d. Lourenço de Almeida, governador da capitania a partir de 1721, elaborou, a mando do rei d. João V, arrolando os nomes daqueles que maior destaque apresentaram na contenção do movimento sublevacionista (AHU, Cons. Ultra. Brasil/MG, cx. 2, doc. 110). Em tempo, Francisco Ferreira de Sá foi o detentor da maior fortuna inventariada no termo de Vila do Carmo entre 1713 e 1756 (KELMER MATHIAS, 2012, p. 113).

Conexões como estas proliferam dos dados recenseados, permitindo entrever meandros das forças de atração atuantes nessas redes sociais. Assentado no ponto “b” elencado por Lozares, avento a hipótese segundo a qual a transmissão social de recursos imateriais passível de ser aferida no interior da rede transcendia a mesma, fazendo-se sentir nos grupos de poder das respectivas localidades respeitantes a cada um de seus membros. Verticalizando, o fato de os membros da elite pluriocupacional Francisco Ferreira de Sá, Luís Tenório de Molina, Manoel Mendes de Almeida e Maximiano de Oliveira Leite estarem presentes em uma mesma rede ensejava razão para que outros

---

<sup>8</sup> Para uma discussão acerca do termo, conferir os textos de João Fragoso arrolados na bibliografia, com destaque para FRAGOSO, 2005 e FRAGOSO, 2000.

membros dessa elite, ou mesmo demais segmentos sociais expressivos, mas que não tomaram parte nesse grupo, estivessem expostos, de algum modo, a efeitos de poder irradiantes da rede em apreço. Dito de outra forma, as estratégias de ação desses indivíduos não poderiam se apartar de considerar os poderes de mando, econômico, social e político que semelhante rede agrupava em si. Nessa esteira, um desentendimento com, por exemplo, Manoel Mendes poderia redundar em disputas com Francisco Ferreira, Luís Tenório e/ou Maximiano de Oliveira.<sup>9</sup>

Na medida em que essa rede englobava, noutras capitanias, homens de negócio, traficantes de escravos e demais figuras cujas qualidades sociais se faziam sentir, o mesmo raciocínio é extensivo a tais localidades. A bem dizer, esses agentes mercantis possuíam, eles próprios, redes com desdobramentos noutras paragens da bacia Atlântica, ramificando-se quer em África, quer na Europa ou, quiçá, quer no Estado da Índia. Sendo que essas transferências de recursos imateriais ocorriam de forma dinâmica e orgânica nas redes, não deveria causar espécie, pois, que conflitos originários na América, em Portugal, na África etc. pudessem se fazer sentir em várias paragens dos domínios portugueses.

Direcionando seu olhar para a questão relacional nas redes, Karen Cook sumariou cinco pontos centrais a partir da base historiográfica temática: a) “os processos de intercâmbio são o resultado dos intentos dos atores por realizar e satisfazer suas necessidades”; b) “os processos de intercâmbio conduzem à institucionalização ou à formação de regras de interação quando produzem benefícios para os implicados”; c) “tais redes institucionalizadas de interações não só satisfazem as necessidades dos indivíduos, mas também constroem os tipos de estruturas sociais que podem surgir posteriormente em um sistema social”; d) esses processos diferenciam indivíduos e grupos sociais “em termos de seu acesso aos produtos valorativos, gerando diferenças de poder, prestígio e privilégio”; e) as relações intercambiais vão além das relações diáticas diretas, incluindo as trocas indiretas e os sistemas ou redes complexas de intercâmbio (COOK, 2003, p. 481-483).

Não vem a pelo aprofundarmos excessivamente os tópicos identificados pela autora sob pena de repisarmos apontamentos já esclarecidos previamente. À vista disso, os três primeiros itens desnudam um movimento analítico que parte do micro rumo ao macro. Senão vejamos. Inicialmente, depreende-se que o estabelecimento de redes sociais presta homenagem ao intuito dos indivíduos em concretizar suas buscas, ou seja, consubstanciar a maximização de suas estratégias de ação. Como corolário, imputa-se a essa dinâmica a institucionalização/normatização de regras interacionais causadoras de redes institucionais/normatizadas atuantes em duas vias, quais sejam: a) respondem aos anseios originais dos atores e, b) pressionam possíveis estruturas sociais imanentes aos sistemas sociais. Sintetizando, as relações sociais entre os indivíduos a nível micro redundariam em presumíveis alterações, via redes sociais, na lógica macro dos sistemas sociais. As parcelas “d” e “e” tonificam a organicidade dinâmica havida no interior dessas redes. Assentado naquilo até o momento discutido, valho-me de frugais apontamentos

---

<sup>9</sup> Para um aprofundamento acerca dos nomes ora discutidos, conferir os trabalhos de KELMER MATHIAS arrolados na bibliografia.



tocantes a determinados aspectos metodológicos em linha com o processo de desenvolvido das redes doravante veiculadas.

Conforme Leiva, a montagem de redes sociais não deve, por bem, ser iniciada em decorrência do fato de que seus membros comporiam, *ex-ante*, determinado grupo social caudatário de fatores como: vínculos familiares, categoria ocupacional ou a posição socioeconômica. Por suposto, o procedimento necessita ser iniciado calcado em uma conjuntura precisa, “um negócio específico ou um incidente significativo”. A partir daí, registra-se “os indivíduos que aparecem implicados e que constituem os elos da rede que integram” (LEIVA, 2008, p. 26). As considerações que sobre o assunto têm lugar informam ter sido esse o procedimento metodológico aqui empregado. Não parti de nenhum elemento vinculante de grupo para a eleição dos nomes que compõem as redes sociais. Antes, simplesmente arrolei os indivíduos que atuaram na revolta de 1720 e dei vez às suas identificações junto à fonte primária. Compreendo que o movimento sublevacionista pode, com razoável nível de segurança, ser inserido, no mínimo, na terminologia “incidente significativo”, conforme palavras de Leiva.

No referente ao valimento das escrituras de procuração bastante como fontes propícias para a construção de redes sociais, amparei-me nos apontamentos de Santilli, para quem as escrituras cartoriais se prestam à constituição de redes e à informação acerca de seu efetivo funcionamento na medida em que registram os momentos “quando seus atores se buscam e apoiam entre si frente a uma determinada necessidade” (SANTILLI, 2003, p. 2). Cumpre observar que as escrituras de procuração bastante desvelam não apenas as ligações firmadas entre outorgante e procuradores, como, também, municiam o pesquisador com uma variada sorte de caminhos através dos quais é possível desmistificar as forças de atração entre seus componentes.

Remontando ao caso do mestre-de-campo Francisco Ferreira de Sá, as nomeações para a cidade da Bahia, do Rio de Janeiro e de São Paulo e para o termo de Vila do Carmo sugerem motivações dessemelhantes. Explico-me: a cidade da Bahia no alvorecer da década de 1730 era o principal porto negreiro da América portuguesa,<sup>10</sup> natural, portanto, que o mestre-de-campo demonstrasse interesse em se fazer presente por aquelas paragens. Outrossim, a praça mercantil do Rio de Janeiro se afirmava, por esses idos, como profícuo polo de abastecimento de mercadorias em geral para a capitania de Minas Gerais, além de ser um dos principais entrepostos comerciais da bacia Atlântica ao sul do equador. Por seu turno, a cidade da São Paulo era o berço de algumas das principais famílias de conquistadores das terras auríferas, ou seja, nada mais evidentes que membros da elite pluriocupacional da Minas estreitassem laços com residentes nessa capitania – em tempo, esse traço é extensivo à região do Rio de Janeiro. No que toca ao termo de Vila do Carmo (e até mesmo para o termo de Vila Rica cujas nomeações não expus aqui), entendo ser por demais notória a importância de se firmar laços como outros membros dessa elite pluriocupacional. Por fim, dois rápidos esclarecimentos.

---

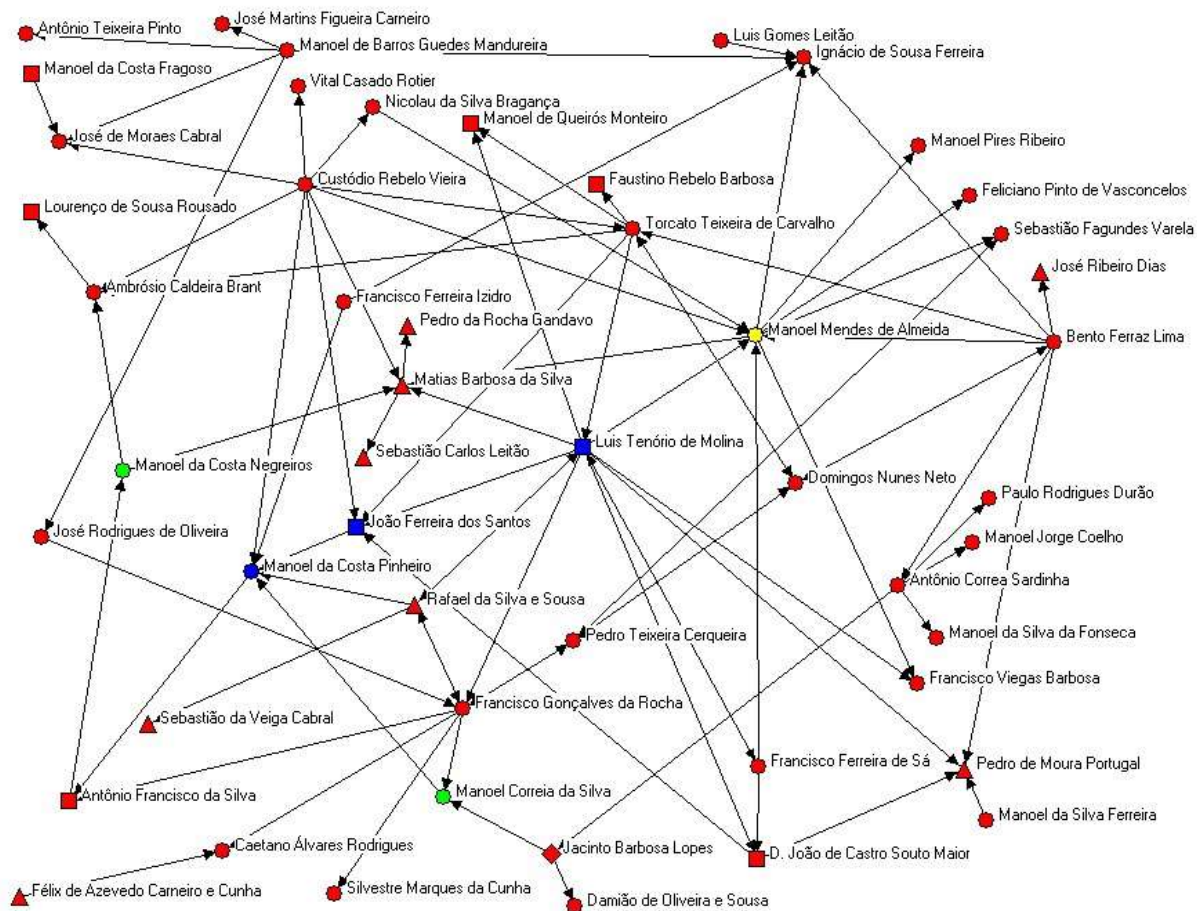
<sup>10</sup> Entre 1701 e 1750, a América portuguesa foi palco do desembarque de 1.007.974 escravos africanos. Desse total, a cidade da Bahia respondeu por 471.429 cativos, ou seja, 46,76% do somatório. Os dados para a região sudeste da são: 319.016, 31,64%. Por fim, a cidade de Pernambuco apresentou os seguintes números: 202.294, 20,06% < <https://www.slavevoyages.org/> >. Acesso em 24 out. 2020.

As redes por mim elaboradas se inserem na categoria de “rede observada” consoante Miceli. A rede observada – distinta da rede percebida, “sustentada no que um ou mais participantes podem dizer de seus contatos em um grupo social”, assumindo “como âmbito de validação a opinião dos próprios integrantes” – “está baseada no que o investigador pode estabelecer sobre os intercâmbios, laços ou percepções que as ligações mostram”, sendo que seu “âmbito de validação são seus próprios critérios de mapeamento, que devem ser públicos e detalhadamente explícitos”. Outrossim, o autor endereça salutar advertência ao redigir que “é importante não cair em um empirismo ingênuo e sustentar que temos um acesso transparente e absoluto à rede real”. Perscrutando um pouco mais, ao investigador é facultado mapear somente parte das relações existentes, pois o mesmo “coleta e interpreta informação existente nas relações que pode perceber sem intermediários” MICELI, 2008, p. 9-11).

Segundo a representação gráfica de uma rede pode ser direta ou indireta. Na direta, tem-se a direção da ligação entre os elos ( $A \longrightarrow B$ ) e, na indireta, não ( $A \text{ — } B$ ). O gráfico de rede representativo das ligações entre os participantes da revolta será direto, pois importa observar a gênese da estratégia, ou seja, o outorgante nomeando um não revoltoso como procurador etc. Os gráficos voltados para a exposição das redes entre os outorgantes residentes em Minas Gerais e procuradores baseados em outras capitâneas serão indiretos. Afora uma questão visual (a presença do direcionamento minimizaria a nitidez da rede), o ponto a ser notado é a qualificação do outorgante – homens de negócio, traficante, mercador etc. –, para o que a distinção será realizada a partir da diferenciação de cor entre os nódulos de cada rede.<sup>11</sup> Estabelecido o anterior, adentro à análise das redes a partir das suas representações gráficas.

Rede 1 – Procurações passadas entre si pelos participantes da revolta de 1720  
(1711 – 1756)

<sup>11</sup> A legitimidade metodológica de semelhante procedimento pode ser atestada em SCOTT, 2013, p. 68-69.



Fonte: ACSM, LN 1-79, EPB.

Legenda: círculo: não revoltoso; losango: indeterminado; quadrado: revoltoso indireto; triângulo: revoltoso; amarelo: mercador; azul: traficante; verde: homem de negócio; vermelho: demais segmentos sociais.

Preliminarmente, optei por não qualificar outras categorias sociais que não aquelas orientadas para o trato mercantil. Essa escolha está assentada no fato de que assumi como via de inserção da revolta no ultramar as procurações passadas pelos participantes da sublevação para agentes mercantis atuantes nas capitanias de Bahia/Pernambuco, do Rio de Janeiro e de São Paulo. Logo, e na medida em que a rede 1 é composta apenas pelos indivíduos que tomaram parte em 1720, em favor da coerência metodológica ofereci destaque apenas para aqueles que incorreram em alguma das categorias da mercancia. Malgrado desnecessário para efeitos de compreensão da proposta central do texto, prediquei os nomes consoante sua atuação na revolta (revoltoso, não revoltoso, revoltoso indireto e indeterminado)<sup>12</sup>. Assim procedi por compreender que semelhante postura favoreceria a melhor mensuração da organicidade presente na rede. Ex.: o não revoltoso Francisco Gonçalves da Rocha nomeou para seu procurador o revoltoso Rafael da Silva e Sousa, sendo também por ele

<sup>12</sup> Para uma discussão pormenorizada dessa classificação, conferir KELMER MATHIAS, 2005.

nomeado procurador. Essa dinâmica informa muito acerca do funcionamento daquela sociedade.

No que toca à temporalidade, a rede – assim como todas as demais – engloba o período compreendido entre 1711 e 1756. A razão pela qual esse foi o procedimento adotado radica no fato de que uma ligação entre indivíduos não é estabelecida a partir de um roupante voluntarioso. Demanda tempo para a relação ser construída. Mormente, a vinculação é precedida de um contado inicial (geralmente a partir de uma apresentação entre as partes fruto do engenho de um terceiro), do vagaroso processo de mensuração de compatibilidade, de empatia, seguido pelo alinhamento de interesses culminando, enfim, no ganho de confiança mútua. Só então os laços de reciprocidade são, efetivamente, estabelecidos. Esclarece-se, pois, o imperativo da extensão cronológica com foco de ampliar a captura dessas ligações. Derradeiramente, e conforme avançado, sublinho que o gráfico relativo à rede 1 é direto. Duas foram as razões pelas quais assim procedi.

Primeiro, e mais importante, nesse gráfico em específico, mais do que constatar a frequência das procurações emitidas para agentes mercantis, tem-se a interação social estabelecida pelos participantes da revolta entre si. Noutras palavras, teoricamente seria plausível supor que revoltosos prescindissem de interagir com não revoltosos. Porém, uma simples observação gráfica faz terra rasa dessa suposição, sugerindo, pois, que as estratégias de ação desses indivíduos se sobrepuseram ao lado que cada um tomou em 1720. Aqui, a lógica da reciprocidade, evidenciada pela representação gráfica, informa sobre o dinamismo social e sobre a complexidade inerente ao mesmo. Segundo, sendo essa uma rede direta, é possível constatar as ligações *indegree* e *outdegree*. Nas primeiras, se a direção da ligação parte de A e termina em B ( $A \rightarrow B$ ), A possuiu uma relação *indegree* com B. Porém, se a direção for de B para A ( $A \leftarrow B$ ), então A possuiu uma relação *outdegree* com B (SCOTT, 2003, p. 68). Esse procedimento se mostra particularmente útil na medida em que é possível centrar o estudo em elos específicos – no que me importa, esse foco recai nos agentes mercantis componentes da rede.

Adentrando ao estudo da representação gráfica, não cabe dúvida acerca da importância dos agentes mercantis. Dentre os dez nós com maior grau<sup>13</sup>, quatro são agentes mercantis, destaque para Luís Tenório de Molina e para Manoel Mendes de Almeida. Esses nós apresentaram, cada um, grau 11, o que faz deles aqueles com o maior grau da rede. A sétima posição coube a Manoel da Costa Pinheiro, grau 6 (empatado com Matias Barbosa da Silva), e a nona a João Ferreira dos Santos, grau 5 (empatado com Antônio Correa Sardinha). Tendo em mente que o grau é a uma das medidas do poder e da centralidade de um nó na rede (HAMMENA, 2001, cap. 6), o destaque dos agentes mercantis adquire mais relevo. Interessante observar que Manoel Mendes, João Ferreira e Manoel da Costa estão diretamente ligados a Custódio Rebelo Vieira, quem apresentou o terceiro maior grau (9), sendo que a distância geodésica<sup>14</sup> entre Luís Tenório e Custódio Rebelo é de 1 por intermédio de Matias Barbosa da Silva. Em quarto

<sup>13</sup> Número de laços diretos de um nó.

<sup>14</sup> Número de elos no caminho mais curto entre dois nós. Para estabelecer a distância geodésica, estou desconsiderando a direção da ligação, pautando-me apenas no seu caminho.

lugar aparecem Francisco Gonçalves da Rocha e Torcato Teixeira de Carvalho, ambos com grau 8 e, na sexta posição, Bento Ferraz Lima, grau 7.

Atinente a Francisco Gonçalves, Luís Tenório está diretamente ligado a ele, sendo que a distância geodésica de Manoel Medes a Francisco Gonçalves é de 1 por intermédio do próprio Luís Tenório. Essa é a mesma distância que separa Francisco de Manoel da Costa, quem se liga a Francisco através do homem de negócio Manoel Correia da Silva. João Ferreira, outrossim apresenta distância geodésica de 1 em relação a Francisco Gonçalves via Luís Tenório. Curioso observar que uma possível caminhada<sup>15</sup> entre João Ferreira e Francisco Gonçalves passaria precisamente pelo traficante de escravos Manoel da Costa Pinheiro e, a seguir, pelo homem de negócio Manoel Correia da Silva. Redirecionando o olhar para Torcato Teixeira, é admissível aferir que Manoel Mendes e Luís Tenório estão diretamente ligados a ele, sendo que esse último atua como o elo final nas distâncias geodésicas entre Torcato Teixeira e os demais agentes mercantis presente na rede. Por fim, a posição de Bento Ferraz não deixa de ser curiosa. Manoel Mendes é o único agente mercantil com possui contado direto com Bento, atuando como o último elo nas distâncias geodésicas entre os demais agentes mercantis e Bento Ferraz.<sup>16</sup>

O estudo do grau de um nó se presta a variados fins, sendo que sua aplicação a serviço da noção de centralidade é uma das mais relevantes. A rigor, um ponto é localmente central se ele possui um largo número de conexões ao seu redor, conexões essas expressadas pelo seu grau. Contudo, um nó pode apresentar um grau elevado e, ainda assim, não ocupar um lugar de centralidade na rede. A título de exemplificação, Francisco Ferreira de Sá ocupa a 17ª posição em termos de grau, mas somente a 39ª no que toca à centralidade. Isso ocorre porque Francisco Ferreira não atua como elo de ligação relevante entre um grande número de nós na rede. Assim, um ponto é globalmente central quando o mesmo ocupa uma localização estratégica na estrutura geral da rede. Nas palavras de Scott: “centralidade local é relacionada com a proeminência relativa de um ponto focal em sua vizinhança, enquanto centralidade global é relacionada com a proeminência dentro de toda a rede” (SCOTT, 2013, p. 83). Com vistas a conferir mais cor à questão, a noção de *betweenness* é de boa valia.

*Betweenness* reflete a extensão das ligações que um ponto proporciona na rede enquanto elo de concatenamento. Assim, um nó pode apresentar grau baixo e *betweenness* alta e vice-versa, evidenciando, pois, a dependência local dos pontos, donde “um ponto é dependente de outro se o caminho que o conecta a outros passa por esse ponto” (SCOTT, 2013, p. 87). Ex.: Silvestre Marques da Cunha possui alta dependência de Francisco Gonçalves da Rocha quem, de passagem, apresentou a maior *betweenness*, seguido por Pedro Teixeira de Cerqueira – nó com grau 3, ocupando a 24ª posição. Luís Tenório e Manoel Mendes retratam 4ª e a 6ª *betweenness*, respectivamente. Já Manoel da Costa e João Ferreira se revelaram, respectivamente, nas posições 13ª e 19ª. Por outro lado, o homem de negócio Manoel da Costa Negreiro ocupou o 23º lugar em termos de grau e o 12º em termos de *betweenness*.

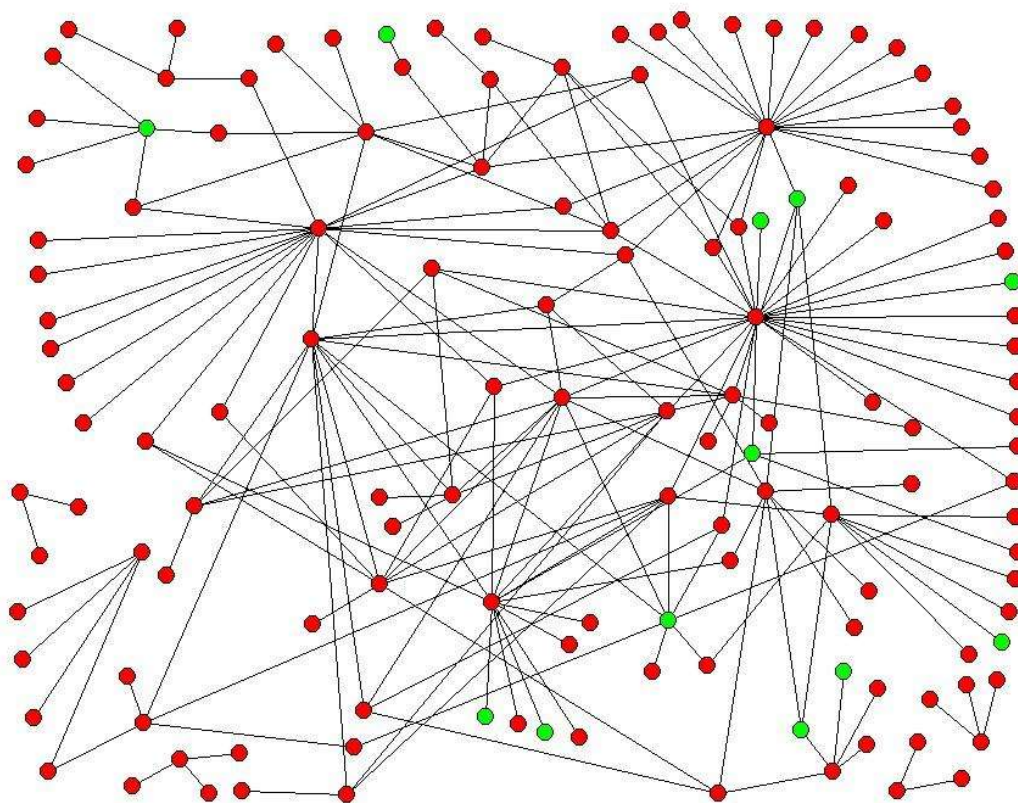
<sup>15</sup> Uma sequência de linhas no gráfico.

<sup>16</sup> Exceção a Manoel Correia da Silva, cuja distância geodésica até Bento não engloba nenhum agente mercantil.



Sustentado no que precede, é possível asseverar que os agentes mercantis operam função central na rede atuando, quer no papel de outorgantes, quer na função de procuradores ou, ainda, quer enquanto elo de ligação entre os demais componentes da mesma, convalidando a colocação de centralidade dessa categoria social. Desconsiderando a direção nos laços, absolutamente nenhum ponto está a uma distância geodésica superior a 2 de um agente mercantil. A seguir, apresento as redes elaboradas a partir das procurações emitidas pelos participantes da revolta de Vila Rica para as capitanias da Bahia/Pernambuco, do Rio de Janeiro e de São Paulo.

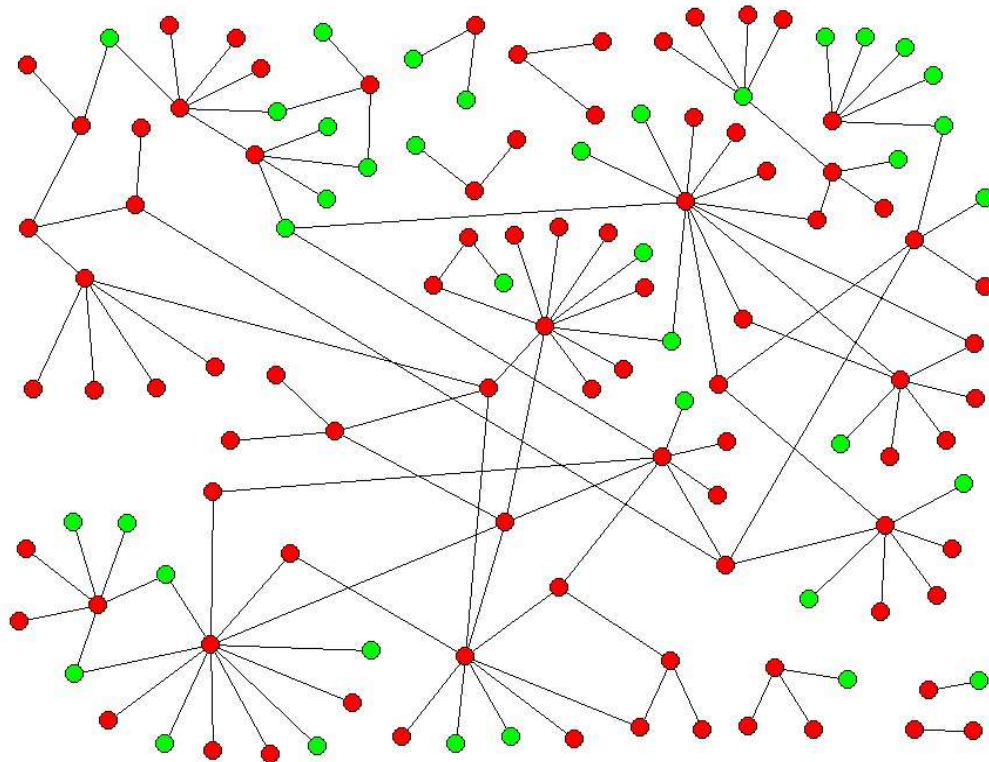
### Rede 2 – Procurações emitidas pelos participantes da revolta de Vila Rica para as capitanias da Bahia e de Pernambuco (1712 – 1756)



Fonte: ACSM, LN 1-79, EPB.

Legenda: verde: agentes mercantis; vermelho: demais segmentos sociais.

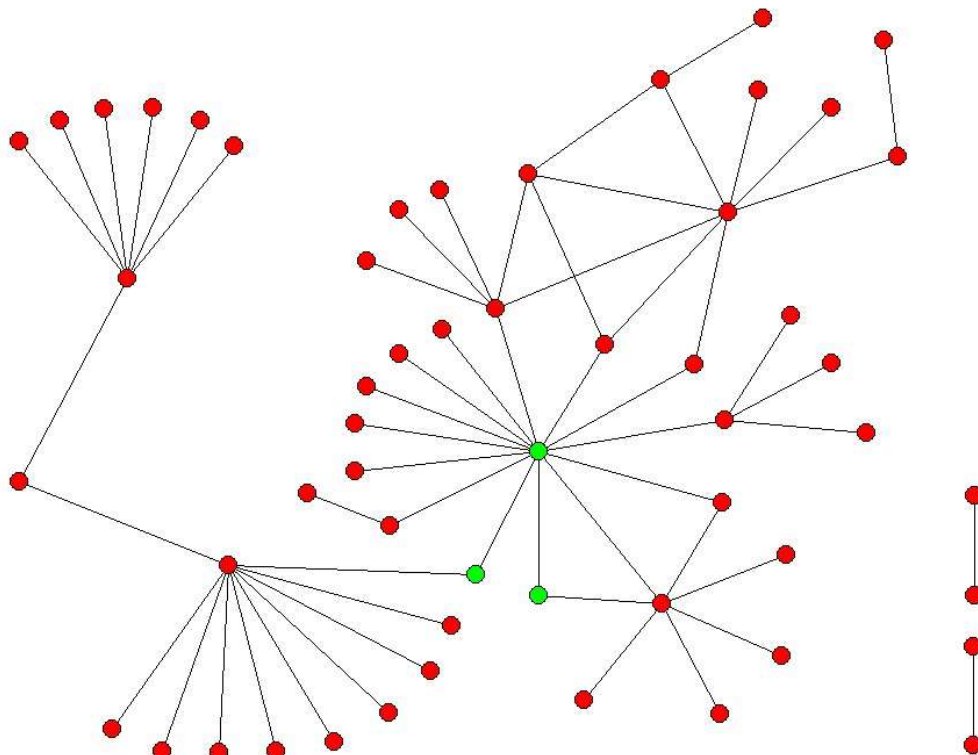
### Rede 3 – Procurações emitidas pelos participantes da revolta de Vila Rica para a capitania do Rio de Janeiro (1712 – 1756)



Fonte: ACSM, LN 1-79, EPB.

Legenda: verde: agentes mercantis; vermelho: demais segmentos sociais.

Rede 4 – Procurações emitidas pelos participantes da revolta de Vila Rica para a capitania de São Paulo (1711 – 1739)



Fonte: ACSM, LN 1-79, EPB.

Legenda: verde: agentes mercantis; vermelho: demais segmentos sociais.

Excetuando a rede 4, testemunha-se o caráter periférico dos agentes mercantis. Isso é devido à presença de Manoel Mendes de Almeida na rede em questão atuando ora como outorgante, ora como procurador. Em bons termos, essa é a única rede na qual os agentes mercantis exercem posições de centralidade. Nada de extraordinário quanto a isso, pois, conforme cediço, a influência mercantil exercida pela capitania paulista em Minas sobremaneira apresentou caráter ancilar frente às capitanias do Rio de Janeiro e da Bahia/Pernambuco. O papel periférico dos agentes mercantis passível de ser observado nas demais redes é caudatário, majoritariamente, do vívido dessas capitanias. Em detalhe, as descobertas auríferas fomentaram um fenomenal fluxo migratório não apenas para a região de Minas, como para a América lusa em si, com forte concentração nas localidades portuárias, fomentando um profícuo dinamismo relacional cuja fração pode ser atestada nas redes 2 e 3. Tendo em consideração o fato de que o trato negreiro era uma atividade muito mais concentrada do que o trato mercantil no geral, eis que se assuma a razão pela qual o número de agentes mercantis na rede 2 é inferior ao da rede 3. Noutro giro analítico, que finda por corroborar o que acaba de ser explanado, os agentes mercantis presentes na rede 2 possuem maior concentração de ligações do que aqueles integrantes da rede 3. Na rede das capitanias da Bahia/Pernambuco, 3 agentes mercantis em um universo de 12 (25%) apresentaram, no mínimo, 4 ligações. No que tange à capitania do Rio de Janeiro, apenas 1 agente mercantil dentro do universo de 38 (2,63%) revelou 4 ou mais ligações.

Verticalizando um pouco os dados arrolados nas redes, dos 60 nomeados para a capitania da Bahia/Pernambuco, 12 (20%) eram agentes mercantis. Para a capitania do Rio de Janeiro, o cômputo foi de 71 nomeados e 38 (53,52%) agentes. Já em São Paulo, temos 38 nomeados e 3 (7,89%) agentes. Em termos cronológicos, os números são igualmente interessantes.

Tabela 1 – Distribuição temporal das nomeações de agentes mercantis (1711-1756)

	1711-1720	1721-1756	Total
Bahia-Pernambuco	4	19	23
	17,39%	82,61	100%
Rio de Janeiro	12	49	61
	19,67%	80,33%	100%
São Paulo	1	12	13
	7,69%	92,31	100%

Fonte: ACSM, LN 1-79, EPB.

Duas observações de cunho metodológico. Os dados respeitantes à capitania de São Paulo sofrem distorção em função da presença de Manoel Mendes de Almeida no pós-1720 quem, *per si*, respondeu por 66,66% das nomeações do período. Segundo, a não

correspondência entre o total de nomeações de agentes mercantis percebido na tabela e aquele informado no parágrafo imediatamente precedente se deve ao fato de que na tabela comuniquei a ocorrência de nomeações independentemente de o mesmo indivíduo ter sido nomeados em várias ocasiões. Por seu turno, o parágrafo anterior informa o número de agentes nomeados excluindo repetições. A título de exemplificação: no caso do Rio de Janeiro, os 38 agentes mercantis estão distribuídos em um total de 61 nomeações – por óbvio, alguns foram nomeados em mais de uma ocasião.

A maior concentração no pós-1720 pode ser atribuída ao próprio processo de desenvolvimento da capitania de Minas Gerais. Após o governo do conde de Assumar, a região deu vez a uma época de apaziguamento que viria a ser rompida somente em 1736 com os motins do Sertão. O desenvolvimento das atividades econômicas em Minas do Ouro demandou, em boa verdade, toda uma cadeia de abastecimento que englobou tanto o comércio interno de menor escala, como o ultramarino de maior monta. Logo, não deve causar espécie o fato de que o grosso das nomeações tenham incidido após o término da revolta de Vila Rica. Nesses termos, quiçá não seja descabido argumentar que uma das vias de inserção da revolta no ultramar possa ser mensurada precisamente pelo fato de que sua ocorrência, e posterior contenção, facultou grande impulso ao movimento de recrudescimento dos circuitos mercantis vinculantes da capitania de Minas Gerais ao trato ultramarino.

As implicações do estudo das redes sobre o corrente artigo deixam entrever que os participantes de 1720 estiveram, recorrentemente, às voltas com agentes mercantis atuantes, via de regra, nos circuitos do comércio ultramarino. Conforme avançado, a superior presença dessa categoria na rede 3 face à rede 2 é caudatária da maior concentração inerente ao tráfico de escravos. No geral, e tendo em consideração que muitos outorgantes pertencem a ambas as redes, infere-se uma dinâmica relacional ainda mais profunda havida entre indivíduos atuantes na revolta de Vila Rica e aqueles às voltas com o trato mercantil. Conforme a vasta historiografia imanente ao tema do comércio ultramarino demonstra,<sup>17</sup> o exercício dessa atividade demandava a confecção de sociedades comerciais. Não vem a pelo pormenorizar suas lógicas de funcionamento importando, antes, salientar que as sociedades comerciais orientadas para o comércio d'além-mar sempre eram compostas por agentes mercantis sediados em várias praças ultramarinas. Quer isso dizer que quando um outorgante nomeava um agente mercantil como seu outorgante, ele acabava por, mesmo que indiretamente, tomar parte em negócios do comércio ultramarino. Em concordância com as redes apresentadas, não cabe dúvida de que os indivíduos às voltas com a revolta de 1720 outrossim estavam às voltas com o trato mercantil ultramarino, quer indiretamente, quer diretamente – vide rede 1.

## Conclusão

O Discurso Histórico e Político é um dos escritos mais celebrados entre aqueles que se aventuram no estudo dos primeiros anos da capitania de Minas de Ouro, sendo que muito se discute acerca de sua autoria – campo pelo qual não intento me enveredar.

<sup>17</sup> BRAUDEL, 1996; COCLANIS, 2005; SAMPAIO, 2003; SMITH, 1975; TRACY, 1990.



De toda sorte, há razoável nível de exatidão na afirmação de que, direta ou indiretamente, o conde-governador esteve às voltas com sua redação. A leitura do discurso é extremamente aprazível e, vez por outra, nos deparamos com algumas passagens lapidares. Ao justificar as ações de d. Pedro na contenção de 1720 – “desembainhar a espada e cortar a cabeça a esta Hidra para ver se o rigor aproveitava mais do que tinha até ali aproveitado a brandura” –, eis que seus autores nos brindam com as seguintes palavras: “não tanto por respirar livre da maior opressão com que esta venenosa cabeça (...) se enroscava tão estreitamente à roda da sua paciência; quanto por tirar das garras, e entregar inteiro a seu sucessor este melhor favo da colmeia portuguesa” (DISCURSO, 1994, p. 129).

O destaque anterior empresta seu tom ao título do corrente artigo. A bem dizer, consubstancia a escopo de fundo do mesmo, a saber: situar a revolta de Vila Rica no âmbito do espaço econômico do ouro à luz das redes passíveis de serem estabelecidas a partir das escrituras de procuração bastante registradas no termo de Vila do Carmo. Bem, da premissa segundo a qual a capitania de Minas do Ouro era ou não o melhor “favo da colmeia portuguesa”, nada sei. Porém, ela era parte integrante do espaço econômico do ouro, esse sim o ambiente político, social e econômico mais expressivo do império luso. Os acontecimentos que tiveram lugar na comarca de Vila Rica em meados de 1720 estavam inseridos em tramas e conflitos que em muito superavam suas delimitações geográficas. Maria Verônica Campos já demonstrou, por exemplo, os jogos políticos de âmbito ultramarino presentes na revolta (CAMPOS, 2002, cap. 3).

Nessa esteira, o que as redes gráficas arroladas no artigo demonstram é a estreita ligação entre os participantes de 1720 junto a agentes mercantis operantes nos principais portos da América portuguesa. Eram indivíduos envolvidos em outras redes com dimensões atlânticas responsáveis, a título de exemplificação, por alimentar os circuitos do tráfico negreiro. Uma vez desembarcados nesses portos, redes mercantis voltadas para o comércio interno (ou mesmo braços daquelas redes atlânticas) facultavam a venda e o transporte desses escravos. Lá nas terras auríferas, alguns deles foram empregados em toda sorte de motins, sublevações, revoltas e vários conflitos de poder cotidianos nas suas primeiras décadas. A espada empregada pelo conde-governador na decapitação da tal Hidra, embora empunhada pela elite pluriocupacional da capitania, fora forjada na matéria do trato dos viventes. Eis mais um ponto no qual o favo e o mar restaram por se encontrar...

## Referências

ANASTASIA, Carla. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte, C/Arte, 1998.

BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 2003.

BICALHO, Maria F & GOUVEA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2001.



BIDART, Claire; CACCIUTTOLO, Patrice. En busca del contenido de las redes sociales: los "motivos" de las relaciones. *REDES Revista hispana para el análisis de redes sociales*, v. 7, n. 2, p. 178-202, jun. 2009.

BLAU, Peter. Teoria macrosociológica de la estrutura social. In: In: SANTOS, Félix (Org.). *Análisis de redes sociales: Orígenes, teorías y aplicaciones*. Madrid: Centro de Investigaciones sociológicas, 2003, p. 270-307.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. Vol. 2. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros: "de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado" 1693 a 1737*. Tese. (Programa de Pós-graduação em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

COCLANIS, Peter (Org.). *The Atlantic economy during the Seventeenth and Eighteenth centuries*. South Carolina: USCP, 2005.

COOK, Karen. La vinculación de actores y estructuras desde la perspectiva de las redes de intercambio. In: SANTOS, Félix (Org.). *Análisis de redes sociales: Orígenes, teorías y aplicaciones*. Madrid: Centro de Investigaciones sociológicas, 2003, p. 478-497.

CUNHA, Mafalda Soares da. *A Casa de Bragança, 1560-1640: práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Editora Estampa, 2000.

DISCURSO histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994. Estudo crítico de Laura de Mello e Souza.

FLORY, Rae. *Bahian society in the mid-colonial period: the sugar planters, tobacco, growers, merchants, and artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725*. Doctor of Philosophy – University of Texas, Austin, 1978.

FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antônio Carlos; ALMEIDA, Carla (orgs.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRAGOSO, João. *À espera das frotas: a micro-história tapuia e a nobreza principal da terra (Rio de Janeiro, 1600-1750)*. Tese de Professor Titular – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII – algumas notas de pesquisa. *Revista Tempo*, Niterói, volume 15, 2003, pp. 11- 35.

\_\_\_\_\_. "A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)". In: Topoi: Revista de História. Rio de Janeiro, vol. 1, 2000, pp. 45-122.

GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HANNEMAN, Robert. *Introduction to social network methods*. University of Califórnia: Riverside, 2001.

HESPANHA, António; XAVIER, Ângela B. As redes clientelares. In: HESPANHA, António Manuel (org.). *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 339-349.

JEANNIN, Pierre. *Os mercadores do século XVI*. Porto: Vertente, 1986.

KELMER MATHIAS, Carlos Leonardo. *As múltiplas faces da escravidão*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

\_\_\_\_\_. *Jogos de interesses e estratégias de ação no contexto da revolta mineira de Vila Rica, c. 1709 – c. 1736*. Dissertação (Programa de Pós-graduação em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

LEIVA, Pilar. Redes sociales y ejercicio del poder en la América Hispana: consideraciones teóricas y propuesta de análisis. *Revista Complutense de História de América*, Madrid, v. 34, p. 15-34, 2008.

LOZARES, Carlos. La teoría de redes sociales. *Papers. Revista de Sociologia*, Barcelona, v. 48, p. 103-126, 1996. Disponível em < <https://papers.uab.cat/article/view/v48-lozares> >. Acesso em 24 out. 2020.

MICELI, Jorge. Los problemas de validez en el análisis de redes sociales: algunas reflexiones integradoras. *REDES – revista hispana para el análisis de redes sociales*, Barcelona, v. 14, n. 1, p. 1-45, jun. 2008. Disponível em < <https://revistes.uab.cat/redes/article/view/v14-n1-miceli> >. Acesso em 24 out. 2020.

MOLINA, José. *El análisis de redes sociales. Una introducción*. Barcelona: Ballatera, 2001.

OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641 – 1789)*. Lisboa: Estar, 2001.

RAU, Virgínia. *Estudos sobre história econômica e social do antigo regime*. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas: ideias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

SANTILLI, Daniel. Representación gráfica de rede sociais: un método de obtención y un ejemplo histórico. *Mundo agrário*, Buenos Aires, v. 3, n. 6, p. 1-21, 2003. Disponível em < <https://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/v03n06a01/1451> >. Acesso em 24 out. 2020.

SAMPAIO, Antônio. *Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 – c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SANTOS, Félix. *Redes sociales y sociedad civil*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2008.

SANTOS, Félix. Orígenes sociales del análisis de redes. In: SANTOS, Félix (Org.). *Análisis de redes sociales: Orígenes, teorías y aplicaciones*. Madrid: Centro de Investigaciones sociológicas, 2003, p. 4-12.

SCOTT, John. *Social network analysis*. 3ª ed. Los Angeles: SAGE, 2003.

SMITH, David G. *The mercantile class of Portugal and Brazil in the seventeenth century: a social-economic study of the merchants of Lisbon and Bahia, 1620-1690*. Tese – University of Texas, 1975.

SUÁREZ, Margarita. *Desafíos transatlânticos: mercaderes, banqueros y el estado en el Peru virreinal, 1600-1700*. Fondo de Cultura Económica, Peru, 2001.

TRACY, James (orgs). *The rise of merchant empires: long-distance trade in the early modern world*. Cambridge: CUP, 1990.